

(Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos Rurais e Gênero: temas de reflexões e pesquisa. In: LOPES, A.L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Nead Debate 14. Brasília: MDA, 2008.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) Retratos de Assentamentos, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. Anuário Antropológico, Brasília, n.79, UnB, 1993.

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER SEM TERRA: "DITOS" E "NÃO DITOS" NO JORNAL SEM TERRA

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo¹

RESUMO¹

O texto mobiliza leitores a descobrirem interfaces que se realizam na sua construção teórico-metodológica. Através da leitura de matérias do *Jornal sem terra*, faz diálogos com entrevistas e diário de campo e produz argumentações em conversa com a antropologia, sociologia e história. O *Jornal sem terra* é produzido desde o ano de 1981 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este traz na sua origem a marca de "movimento de família" que o distingue em relação aos sujeitos sociais que integram a organização de outros movimentos sociais rurais e urbanos (ex: movimento sindical, centrais sindicais) e de partidos políticos. A mulher é levada a produzir sua existência de forma subordinada à condição familiar e conjugal. Mas o texto identifica marcações destoantes de mulheres rurais que buscam construir identidades políticas e profissionais e o reconhecimento de sua condição de classe social.

¹ Professora do Departamento de Economia Doméstica/UFC. Doutora em Sociologia/UFC. Coordenadora Estadual do Programa Residência Agrária. Vice-coordenadora e docente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas/MAPP/UFC e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFC. Pesquisadora do CNPq. E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.

Palavras-chave: *Jornal sem terra*, Movimento de Família, Mulher Rural, Ação Política.

ABSTRACT

This paper mobilizes the readers so as they can discover interfaces that happen within its theoretical and methodological construction. Through the reading of No Land Journal papers, its dialogues with interviews and field diaries and produces arguments involving anthropology, sociology and history. The No Land Journal is published since 1981 by the Movement of Rural Workers Without Land (MST). This carries in its origin the mark of "Family Movement" that distinguishes it from social matters that integrate the organization of others rural and urban social movements (ex: syndicates and unions) and political parties. The woman is bound to produce her existence in a subordinate way in relation to family and marital status. However, the paper identifies distant positions of rural women who seek to build political and professional identities and the recognition of her social class condition.

Key-words: *No Land Journal*, Family Movement, Rural Woman, Political Action.

INTRODUÇÃO

A sociabilidade de homens e de mulheres está diretamente vinculada à construção das relações entre os gêneros masculino e feminino. Analisar tais dimensões, do ponto de vista feminista e dos estudos culturais, requer adentrar nos princípios que regem essas produções e demanda a leitura analítica das estratégias adotadas na organização e produção das especificidades da cultura societária estudada. As diferentes sociedades geram cultura ao definir suas práticas sociais e, também, o sentido peculiar que singulariza as identidades dos gêneros masculino e feminino. O presente artigo dialoga com o segmento de trabalhadores rurais, os sem terra, que organiza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compreendido como um grupo social com profundo pertencimento ao modo de vida e de produção da cultura camponesa e faz interfaces com os princípios que orientam as relações entre os gêneros masculino e feminino nesse Movimento. Pretende-se desenvolver um texto narrativo de caráter argumentativo, com base em matérias publicadas no *Jornal sem terra* (JST), com recorte histórico de junho/1981 a novembro/1989 e em registros de diários de campo e entrevistas realizadas com dirigentes do MST, considerando-se possíveis limites analíticos na análise discursiva do JST.

A presença de mulheres, crianças, idosos e jovens fabrica cenários e cartografias diferentes nos tempos e espaços das lutas protagonizadas pelo MST, como as ocupações de terra e acampamentos² rurais, as ocupações de prédios públicos, as marchas, dentre outras manifestações de caráter político. Isto se dá porque o Movimento gera distinções, em relação a outros movimentos sociais e partidos políticos, ao integrar no seu discurso e prática militante as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política do grupo social envolvido e, também, pelo sentido familiar que move a produção, o trabalho e o modo de vida camponês, que, segundo Carneiro (2008, p. 258), também se organiza a partir das relações de parentesco.

MOVIMENTO DE FAMÍLIA: PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO DO MST?

Na sua origem, o MST se constrói incorporando todos os membros da família em suas ações políticas. A marca de "movimento de família" distingue o MST em relação aos sujeitos sociais que integram a organização de outros movimentos sociais rurais e urbanos (ex: movimento sindical, centrais sindicais) e de partidos políticos³. Tal marca delineia o princípio central que organiza o Movimento. Mas como a família e, no caso deste estudo, a mulher sem terra são consideradas e inseridas na construção desse Movimento? A formação política do MST, compreendido como movimento de família, é aqui problematizada, para dar visibilidade ao seu caráter não relacional e de exploração sobre o gênero feminino. As práticas políticas que orientam a criação do Movimento não são movidas por transações que se ancoram em relações de parentesco e familiares, e sim, em relações que são mobilizadas com recursos de dominação. Ou seja, a condição de participação da família no MST, e, sobretudo, da mulher, considerada como elemento central de análise neste texto, mantém-se subordinada ao modelo histórico e cultural, de reprodução social, que descredencia os domínios do poder feminino e

² A ocupação de terras improdutivas e a organização de acampamentos são ações políticas, do MST, que inauguram modos de reivindicação para exigir, do governo federal, a aplicação da Lei do Estatuto da Terra e a realização da Reforma Agrária no país.

³ Historicamente, o movimento sindical e as centrais sindicais dirigem, prioritariamente, sua luta para a dimensão econômica, e nesse sentido o sujeito da ação sindical é o trabalhador. Os partidos políticos, embora tratem as diferentes dimensões da existência humana (política, educação, economia, cultura etc.), trazem na sua cultura política a naturalização desse espaço como sendo qualificado para o gênero masculino. Somente com a luta dos movimentos feministas e de mulheres essas construções sociais são estranhadas e paulatinamente alteradas com a inserção e atuação das mulheres nesses espaços.

a importância do trabalho da mulher para a reprodução individual e coletiva do gênero masculino.

Desde cedo, mulheres, nos seus papéis de órfãs, viúvas, mães, avós, filhas, irmãs, cunhadas, são submetidas, por situações adversas de caráter social, econômico e político, a deslocamentos geográficos e percorrem, com os familiares, caminhos rurais em busca de terra e de trabalho, para alimentar a esperança de viver. É na condição de subordinação à posição conjugal nos seus diferentes papéis que mulheres somam-se à luta pela terra. Iluminar tais diferenciações é central para a compreensão da materialidade de origem e o sentido da mobilização dessas mulheres, que participam das ocupações de terra e fortalecem os acampamentos para defender a sobrevivência dos filhos, acompanhar o marido e reconstituir a organização do núcleo familiar em novas bases.

O exercício de desnaturalização de discursos jornalísticos pode trazer aberturas para se divisar formas próprias de dominação entre os gêneros no segmento da sociedade camponesa aqui tratada? O texto jornalístico do MST, que inicia sua produção no ano de 1981⁴, realça a posição subordinada da mulher na relação conjugal e reafirma a família como o núcleo mobilizador das lutas por terra e trabalho livres. As matérias descrevem as condições de vida de posseiros, de colonos e de seus familiares, que, expulsos de glebas de moradia e produção, se organizam e levam, para os sindicatos e o recém-criado Movimento de Solidariedade aos Sem Terra (em 1984 dá origem ao MST⁵), denúncias de expulsão, maus tratos e expropriação das mínimas condições de existência das famílias.

A aliança do MST com o movimento sindical traz o sentido de luta ainda inscrita no estatuto econômico e produtivo, e nesse contexto a imagem dominante é produzida e atribuída ao gênero masculino, representada pelo agricultor e se expressa no controle político da luta, da exploração do trabalho e na reafirmação de seu papel como provedor da família e representante do casal na organização social. O uso desse poder orienta as relações e a forma de dominação entre os gêneros.

4 As primeiras matérias trazidas, neste texto, para análise fazem parte de um Jornal embrião do Jornal sem terra, chamado de Boletim Informativo Sem Terra, que tem seu primeiro exemplar lançado em maio de 1981. O material mimeografado é produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) visa divulgar as primeiras ações de ocupação de terra no Rio Grande do Sul, nos estados da Região Sul e depois no País.

5 Sobre a história do MST, consultar FERNANDES, Bernardo M. & STÉDILE, João Pedro, 2005, p. 47.

O "mundo de origem" consagra identidades sociais, "transmissão dos valores, virtudes e competências" (BOURDIEU, 2008, p. 75) para reafirmar a filiação e a distinção no interior de uma cultura social. A reprodução da lógica sexuada se expressa na distribuição de tarefas e de espaços de participação, que Bourdieu chama de "a ordem das coisas".

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (2003a, p. 17).

Mas, nos acampamentos, as atividades humanas que geram, historicamente, a ordem sexuada, e organizam de forma binária o trabalho dos gêneros masculino e feminino são deslocadas para a esfera pública e ganham status de ação coletiva. A criação de espaços de organização coletiva nos acampamentos se faz com a definição de lugares para a realização das assembleias; das reuniões das comissões; da montagem das barracas para o repouso; da guarda, preparo e distribuição dos alimentos; de espaços para o lazer e a escolarização das crianças.

Os serviços (realizados nos espaços da casa e por mulheres) transferem-se para os coletivos políticos que se transformam em campos de experimentação e de aprendizado de um novo fazer político para as mulheres. A socialização e a ação coletiva em atividades como: o cuidado com as crianças; o preparo e a distribuição dos alimentos; a limpeza dos arredores; a construção e manutenção das "barracas de lona"; as reuniões das comissões (com destaque para as de saúde e de educação); a organização do uso individual e coletivo dos recursos hídricos; a tomada de decisão sobre doenças e acesso à escola passam a ser tratadas, prioritariamente, não mais como questões de responsabilidade do núcleo familiar, mas dos coletivos políticos.

As atividades domésticas transformadas em práticas coletivas desestabilizam, parcialmente, os modelos binários sexuados e produzem e atribuem às mesmas status de tema político, pois passam a ser discutidas nas grandes instâncias deliberativas dos acampamentos diante da priorização da sobrevivência e da permanência das famílias na luta pela desapropriação da terra. Mulheres acompanham esse caminho, ou

seja, saem do estrito espaço familiar, dirigem-se para as assembleias e integram as comissões, porque as questões de seu interesse imediato se movem para os espaços e o campo políticos.

A família, como nucleação restrita (casal e filhos), e o homem na sua posição de autoridade familiar reduzem seu poder diante da diminuição das fronteiras entre o mundo privado e o mundo público. A luta pela conquista da terra ganha centralidade e a organização coletiva sobrepõe-se à organização familiar. Os interesses são homogeneizados para dar unidade à luta, para garantir a resistência do coletivo.

O deslocamento das atividades do mundo da casa para o campo político significa para as mulheres a familiarização, o uso, o aprendizado de instrumentos políticos, como o exercício da fala, da tomada de decisão, mas ainda de forma diferenciada, porque está a tratar de conteúdos que têm origem no mundo privado. As mulheres adentram a esfera pública e política sim, mas de forma distinta, pois as relações de poder mantêm relações de gênero desiguais ao reproduzir no espaço público relações imbricadas de gênero e de classe, de natureza patriarcal.

Por outro lado, nem todas as mulheres mobilizam-se para os espaços públicos e nem fazem a transferência das atividades domésticas para o âmbito público dos acampamentos. Nesse sentido, as condições e os modos de apropriação dos bens políticos (discurso, dialética, retórica, linguagem, símbolos) realizam-se de forma diferenciada em cada mulher. Embora grande parte legitime o discurso, as práticas, os símbolos adotados pelo MST, há aquelas que mantêm práticas orientadas por sua histórica condição de subordinação e aquelas que resistem e mantêm a ordem sexuada para fazer funcionar sua vida material e simbólica e/ou por pressão do gênero masculino.

A formação política da mulher, nos acampamentos, embora seja objetivada em conteúdos (saber-fazer doméstico) de seu domínio, expressa um sentido diferente para a experiência vivida. Ganha significação política e importância na luta das mulheres. Gera um novo modo de utilização e de aceção para tais atividades onde o ato político passa a atribuir valor e sentido ao trabalho das mulheres.

A passagem da “experiência existencial” para a região do “sentido do significado” pressupõe um “ato de conhecimento”, uma “operação de decifração e decodificação” (BOURDIEU, 2008, p. 10) que se realiza

com a mobilização das mulheres na construção relacional entre o mundo privado e o mundo político. A partir dos saberes aprendidos na experiência existencial e cotidiana, as mulheres criam as condições de aprendizado de um fazer político, afirmam suas competências desempenhando a liderança nas atividades das comissões de educação, de saúde e da mística.

Começam a “plantar sementes” para a própria filiação no interior da classe trabalhadora. As mulheres descobrem-se trabalhadoras, mas limitadas ao mundo da necessidade. Sua atividade laboral não é reconhecida no mundo público, no espaço político. A compreensão de valores e sentidos diferenciados, atribuídos ao trabalho produtivo entre os gêneros e a percepção de que a natureza das ações coletivas é regida por códigos de gênero, mobiliza as mulheres a buscarem formação política no movimento sindical rural (JST, maio/1982, p. 02); a descobrirem a existência de movimentos de mulheres (JST, agosto/1984, p. 07) e a encontrarem mulheres com atuação militante em sindicatos rurais (JST, setembro/1984, p. 10).

“Divina Francisca de Oliveira, lavradora, mãe de quatro filhos e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás Velho, estado de Goiás”, é a primeira mulher a ganhar as páginas do *Jornal sem terra* (Setembro/1984, p. 12). Sua fala nos desvela os instrumentos de controle que impedem a participação da mulher na luta sindical. Indica que sua entrada no movimento sindical se dá porque já havia familiares atuando “nos trabalhos da Igreja” e no Partido dos Trabalhadores; que a postura das mulheres é dubia, ora admiram sua atuação política, ora demonstram preocupação. Mas Divina anuncia que o apoio da família é muito importante para a sua atuação política. Ao aconselhar as mulheres lavradoras, a sindicalista sugere que “venham para a luta conosco, para que nossos filhos sejam pessoas de cabeça erguida, que não sejam explorados como nós somos”. Divina não se individualiza como mulher, mas se insere na luta como membro familiar que traz o propósito da busca de mudanças para os filhos, embora compreenda a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como “um sindicatão” e um “modo de unir a classe trabalhadora”.

As mulheres que atuam num novo protagonismo sindical, ao perceberem “um não lugar” da mulher nos movimentos sindical rural que são “historicamente instituídos e hegemônicos por posições do gênero masculino e com o caráter produtivo e econômico” (ESMERALDO, 2011, p. 123), voltam-se para desenvolver,

Iniciativas e a construir organizações de caráter específico onde iniciam e passam a realizar o debate sobre sua condição subalterna e invisível, frente à luta, que aglutina a classe trabalhadora rural que se organiza na década de 1980 no Brasil. A organização de movimentos autônomos de mulheres rurais é construída na década de 1980 em várias regiões do Brasil, e vai se constituir como campos de força e como campos de lutas específicos, para a produção de uma identidade produtiva, com o ofício de trabalhadora rural e de uma identidade política para a mulher rural (ESMERALDO, 2011, p. 124).

De forma estratégica, mulheres do MST aliam-se aos Movimentos Autônomos de Mulheres numa busca de solidariedade e afiliação ao grupo e ao gênero feminino e passam a participar de seus eventos formativos e de suas ações políticas. Tais articulações são decisivas para a reivindicação, junto à direção do Movimento, de 30% de mulheres, na condição de delegadas, que vai garantir a presença de mais de 300 mulheres sindicalistas e militantes no 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba/PR.

A construção simbólica de identidades políticas entre as mulheres sindicalistas e sem terra é tratada, durante o 1º Congresso Nacional do MST, de forma planejada, articulada, e através do uso de diferentes formas, recursos e estratégias comunicativas para transacionar com o gênero masculino o acesso ao poder e aos espaços de decisão nas instâncias de deliberação do Movimento. Utilizando-se de alianças com mulheres inseridas no mundo da informação, garantem uma Coletiva com a Imprensa, realizada por jornalistas da imprensa nacional⁶, que envolve cinco mulheres lideranças de expressão nacional: Elizabeth Teixeira (Liderança política e viúva do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira, na Paraíba), Maria Oneide da Costa Lima (Liderança na região de Conceição do Araguaia/Pará), Maria de Fátima Lima Bandeira (Liderança sindical do município de Thomé Açu/Pará), Santina Gracielle (Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul) e Maria Pinheiro Pereira (membro da Comissão Executiva Estadual dos Sem Terra do Paraná). Consulta ao JST (Fevereiro/1985, p. 13).

6 Participam da Coletiva os Jornais: O Estado de São Paulo (São Paulo), o Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), A Folha de Londrina (Paraná), o Correio de Notícias (Paraná) e a Revista Isto É (São Paulo).

Ainda no 1º Congresso organizam grupos de trabalho; asseguram homenagens às três mulheres⁷ consideradas expressões da luta camponesa nacional e realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra, onde discutem suas reivindicações específicas e produzem um documento que é lido, aplaudido no encerramento do Congresso e incorporado ao Documento Final do evento. No documento, reivindicam a participação⁸ das mulheres na 1ª Coordenação Nacional do MST, instalada nesse Congresso.

O 1º Congresso do MST é um espaço social voltado à organização de um campo político para um estrato da classe trabalhadora. As mulheres, não tendo existência nem reconhecimento social, enquanto classe, necessitam criar situações, espaços simbólicos, na estrutura objetiva do Congresso, para galgarem situações sociais de classe (BOURDIEU, 2003b, p. 18). Tomam posição a partir de sua diferença, de seu traço distintivo – como mulheres, mas denunciando o habitus, as disposições historicamente inscritas nos seus comportamentos, como elementos de classificação hierárquica e produtora de subordinação entre os gêneros.

Volta-se ao debate: Qual o grau de pertencimento dessas mulheres e o seu reconhecimento por um movimento que guarda como princípio organizativo a família?

Ora, mulheres necessitam ocupar espaços no 1º Congresso do MST para construir um espaço político para si e no interior da classe trabalhadora; trazem situações alicerçadas na experiência e na existência próprias das mulheres e publicizam a fala de mulheres no campo político sindical, para afirmar práticas e representações de novos sujeitos políticos – a mulher rural. Imagens e linguagens simbólicas são delineadas e trabalhadas para dar força à mulher militante do movimento sindical a fim de criar as condições materiais de existência, de relações objetivas num movimento social que se delinea como “movimento de família”.

Mas a participação das mulheres no 1º Congresso do MST, embora as aproxime de um espaço social, político e de classe e produza novos aprendizados e aquisições, não significa que as integre ou que dê a

7 São homenageadas como Símbolos da Resistência: Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, então Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB; Elizabeth Teixeira, do estado da Paraíba; e Irmã Aurélia Duranti, religiosa italiana da Congregação Franciscana do Verbo Encarnado (JST, fevereiro/1985, p.19).

8 Duas mulheres são inseridas na primeira coordenação nacional. São elas: Santina Gracielle, do estado do Mato Grosso do Sul, e Olinda Maria de Oliveira, do estado da Bahia (JST, fevereiro/1985, p. 18).

elas existência ou que as unifique como classe. Tais experiências são interiorizadas e objetivadas de forma diferenciada por homens e por mulheres e segundo as condições particulares de existência e a ordem social e sexuada do mundo de origem de cada um. A constituição identitária da mulher tem origem histórica, nas práticas e experiências vivenciadas no âmbito doméstico e tais códigos são transferidos e se mantêm como representação simbólica nos atos políticos desencadeados pelas mulheres durante o encontro.

O caminho de lutas para o reconhecimento da ação política das mulheres se manifesta como um campo de conflitos e de tensões com profundas raízes no sistema patriarcal. A possibilidade de coexistência na diferença, no interior do Movimento, não se realiza e as mulheres em contínuo movimento para a sua autorrepresentação política reagem, voltando-se na direção de sua atuação formativa e política através do fortalecimento de suas alianças com os Movimentos Autônomos de Mulheres⁹.

O DISCURSO DO GÊNERO FEMININO NA PÁGINA DA MULHER. A DIFERENÇA COMO ESTRATÉGIA DE CONFLUÊNCIA DE INTERESSES?

“A ação é uma atividade que possui gênero” (STRATHERN, 2006, p. 22). *A ação política* de homens e de mulheres sem terra e de homens e de mulheres sindicalistas possui gênero. Nesse sentido, pergunta-se: Qual o significado atribuído pelos homens sobre as imagens ampliadas pelas mulheres, como dimensão política, no Congresso? Como decodificar seus significados? Quais as formas de “troca” que se operam nas relações entre os gêneros masculino e feminino?

Visando a promoção de uma única perspectiva, que prioriza a lógica política masculina, para o gênero masculino, envolto na criação e organização do MST como movimento de caráter unitário e classista, incorporar a fala do diferente, do Outro, expresso pela imagem da mulher, implica em correr inúmeros riscos: seja o de quebrar a unidade da luta, seja o de desocultar práticas patriarcais, seja o de alterar uma ordem social de caráter sexuada, que classifica e define lugares diferenciados para homens e mulheres.

Nesse sentido, as socialidades vividas pelas mulheres nos espaços domésticos não parecem se adequar às socialidades públicas vividas pelos homens.

⁹ Sobre aspectos históricos, organizativos e de concepção desses movimentos, consultar Esmeraldo, 2011.

Aceitar as mulheres nos espaços públicos significa aceitar a entrada do privado no mundo político, significa admitir a ampliação do sentido de sociedade e de indivíduo. A sociedade não seria, unicamente, compreendida como espaço da política protagonizada pelo masculino, mas teria a inserção de outra individualidade, a da mulher. Tratar a questão a partir dessa ótica expressa a possibilidade do MST se colocar como movimento social no contexto de uma sociedade maior e, nesse sentido, de ampliar alianças com outros segmentos organizados da sociedade civil, inclusive com os movimentos feministas e partidos políticos “de esquerda” para apoiar sua luta.

Mas a ação política do gênero masculino, segmento hegemônico no Movimento, transita em duas direções: uma, construída em ações práticas voltadas para ter o controle sobre a natureza, o modo de constituição de sua existência coletiva e assim, dar sentido e razão lógica à constituição do MST como movimento de caráter classista; outra, reassumindo o confronto das ideias e a criação de mecanismos de reconhecimento das diferenças existentes e tensionadas pelas mulheres.

Assim é que o MST negocia, faz, apenas, consentimentos às mulheres. Permite o uso de uma *Página da Mulher* no *Jornal sem terra* e a “autorização” para as mesmas atuarem “fora dos muros” da militância do MST, nas ações organizadas pela Comissão Nacional de Mulheres do Departamento Rural da CUT.

A *Página da Mulher* chega ao JST, a partir do número 42, veiculado em fevereiro de 1985. Um desenho de duas mulheres constrói a simbologia da página que passa a trazer matérias sobre a presença das mulheres nas ocupações e acampamentos, entrevistas com mulheres dirigentes sindicais (JST, junho/1985, p. 13), ações organizadas das mulheres sindicais pelo direito à sindicalização (JST, dezembro/1985, p. 12; març/1986, pp. 13-14), manifestações públicas das mulheres no dia 8 de março (JST, abril/1986, p. 17) e lutas pelo seu direito de ser reconhecidas como trabalhadoras rurais (JST, abril/1986, p. 17).

A luta das mulheres por identidade própria se baseia na contradição, quando, ao reivindicarem igualdade de direitos nos movimentos sociais rurais, o fazem com base no corpo de mulher, na sua função reprodutiva, ou seja, na sua diferença sexual. Nesse sentido, são os Movimentos Autônomos de Mulheres o campo político privilegiado de formação para a conscientização de si, como coletivo político e para um “agir em seu próprio nome” (SCOTT, 2002, p. 18).

As mulheres rurais produzem uma pauta de reivindicações específica que é dirigida ao movimento sindical e ao Estado brasileiro. Para o movimento sindical, agenciam a sindicalização, o reconhecimento como categoria de trabalhadora rural; com o Estado, além do reconhecimento da categoria de trabalhadora rural, exigem direitos de cidadania como aposentadoria e licença maternidade. As mulheres usam “a ambiguidade da representação a seu limite extremo”, ao mostrar que os homens não podem representá-las na luta pelo direito à licença maternidade (SCOTT, 2002, p. 52).

O discurso das mulheres rurais como os discursos do movimento feminista trazem à tona a forma contraditória em que se faz o encaminhamento das lutas sobre “individualismo, sobre direitos e obrigações sociais do indivíduo” (SCOTT, 2002, p. 25).

Para Scott (2002, p. 26),

O feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’ (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história.

Sendo o “campo de forças” das mulheres rurais permeado pela afirmação de sua diferença sexual, por outro lado, o seu “campo de lutas” se materializa na reivindicação por seu reconhecimento como sujeito universal de direitos iguais ao Outro – o homem. A diferença expõe e “revela os limites da universalidade” dos direitos políticos e da representação masculina (SCOTT, 2002, p. 51).

A aparente oposição (igualdade x diferença) é abordada por Scott como discursos e movimentos de caráter paradoxal. A historiadora sugere a superação das tensões construídas pelo movimento feminista que considera e trata as lutas como dicotômicas e ambíguas, ou seja, como igualdade ou diferença. Sua proposta de debate se faz pela compreensão das contradições e de incorporação das duas vias de debate como possibilidades e opções possíveis, para que o conflito e a contradição possam se mostrar na sua forma relacional e possam ser discutidas na sua complexidade (SCOTT, 2002, pp. 47-48).

Durante a realização do 1º Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural¹⁰, o debate central das mulheres trata da criação de estratégias de luta para o reconhecimento de sua participação no processo produtivo, nos movimentos sindicais, partidos políticos, movimentos populares e movimento sem terra. Aponta e analisa suas diferenciações e a necessidade dos espaços políticos incorporarem tais especificidades. Reafirma, no entanto, a articulação entre a problemática específica vivenciada pelas mulheres e sua relação com o campo político das lutas “ditas” gerais lideradas pelo gênero masculino.

A diferença, segundo Strathern (2006, p. 152), não pode ser tratada “nos modelos de relações de gênero baseados em papéis sexuais”, pois corre o risco de aprisionar a representação das mulheres em relação aos homens numa “categoria” “antagônica”.

Para a autora,

A fórmula de minha preferência é a de que gênero demarca diferentes tipos de atuação (agency). As pessoas impactam [impinge] umas às outras de maneira diferenciada, e imaginar âmbitos de eficácia “masculinos” e “femininos” torna-se uma maneira de trazer à tona esses diversos tipos (apud Wagner, 1974, p. 112). Por um lado, a eficácia deriva da ação coletiva, baseada no compartilhamento de identidade; por outro, de relações particulares, baseadas na interdependência e na diferença entre pessoas. Assim, as imagens de gênero diferenciam a socialidade que, por conseguinte, é concebida como assumindo sempre uma das duas formas (STRATHERN, 2006, pp. 152-153).

A pauta política de luta das mulheres rurais é construída para interligar as relações entre o gênero masculino e o gênero feminino. Seja no trabalho produtivo, seja na ação militante, as mulheres defendem sua presença e participação e produzem valores distintos dos valores a elas atribuídos no âmbito familiar. Deslocam valores de caráter cultural para o campo de valores políticos. Criam elos, vínculos entre o saber-fazer das mulheres e a organização social e política dos movimentos. Trazem, em seus discursos e práticas políticas, rupturas com a visão dicotômica dos gêneros (político x doméstico; produção x reprodução), além de instituírem uma “eficácia” própria na ação política ao defini-

10 O 1º Encontro realiza-se em São Paulo/SP em novembro de 1986 e reúne trinta e cinco mulheres de dezesseis estados do Brasil (JST, novembro/dezembro, 1986, p. 13).

rem duas datas de caráter simbólico para dar sentido ao caráter político e público da luta das mulheres. Elegem o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia oito de março e o dia 12 de agosto, “data da morte de Margarida Maria Alves”, como datas para suas ações públicas e de âmbito reivindicatório (JST, novembro, dezembro/1986, p. 13).

A participação das mulheres rurais na construção da Constituição Federal de 1988 é importante passo na materialização de sua forma de atuação (agency), integrando lutas específicas às lutas gerais (JST, fevereiro, março/1987, p. 08). Mas as condições de atuação política para as mulheres necessitam ser produzidas e por elas incorporadas, numa confluência a se realizar em torno de duas dinâmicas concomitantes: a formação teórica e a ação prática das mulheres, como forma de apropriação de componentes ideológicos e analíticos e de garantia da formação na luta.

O JST (Maio/1987, p. 13) divulga as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Pará e Rio Grande do Sul. De forma plural, as mulheres realizam encontros estaduais, regionais, que culminam com atos públicos nas praças das cidades e capitais dos estados. Essas ações públicas são resultado de planejamento prévio que se realiza em temporalidade e territorialidade ampliadas. Durante dois ou até três meses da data que antecede o evento, as mulheres organizam reuniões em sindicatos rurais com a participação de mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para estudarem sobre temas relacionados à Reforma Agrária, Direitos Trabalhistas, Conjuntura Política, Organização Política e prepararem suas pautas de reivindicação que se dirigem aos movimentos sindicais, ao Governo Federal e à Assembleia Nacional Constituinte (JST, maio/1987, p. 13; março/1988, p. 18).

A formação política é orientada pela matriz marxista e com essa dimensão ideológica as mulheres sem terra realizam, através dos exemplos do JST (julho/1987, p. 18; setembro/1987, p. 14; dezembro/1987, p. 13), o estudo, em três etapas, sobre a Formação Econômica da Sociedade, cuja página é denominada de “História do Trabalho da Mulher” em parceria com a Comissão Nacional de Mulheres do Departamento Rural da CUT. Produzem, ainda, um texto/síntese denominado “A mulher na sociedade capitalista”, que é assinado pela Comissão Nacional de Mulheres do MST¹¹ (JST, janeiro/1988, p. 12).

11 A organização interna das mulheres sem terra se dá, primeiro, com a criação do Setor de Mulheres em 1985, em alguns documentos, também chamado de Comissão Nacional de Mulheres

Durante o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra trinta e nove delegadas representam as mulheres sem terra e em matéria no JST (Fevereiro/1988, p. 13) avaliam que a baixa participação (menos de 20% do total de delegados) é compreendida tendo como indicadores a baixa mobilização e organização das mulheres, o não reconhecimento de seu trabalho nas ocupações de terra, a restrita presença nas esferas de decisão. A ação política das mulheres rurais é, permanentemente, avaliada para apontar os rumos de sua atuação formativa e, nesse sentido, identificam a necessidade de preparação de sua militância para assumir e ampliar novas funções e espaços gerais de decisão, tradicionalmente ocupados pelo gênero masculino. Também compreendem o desafio de provocar o debate coletivo entre os dois gêneros para que as tarefas domésticas possam ser compartilhadas com o gênero masculino. Reafirmam o entendimento de que a luta que realizam integra a luta de classes e que a mulher tem, também, um papel protagonista nessa história. “Elas lutam, sobretudo, pela dignidade, em qualquer função ou lugar” (JST, março/1988, p. 18).

A descoberta de especificidades na ação política da mulher sem terra, no interior do MST, passa a ser decodificada por suas militantes. Os princípios que regem a organização social e a socialidade entre os gêneros começam a ser desnaturalizados pelas mulheres. Colocam em questão a textura da cultura camponesa, dialogando com outras culturas e alimentando-se do ideário de organizações feministas que, no espaço urbano, questionam as relações de poder hegemônicas pelo gênero masculino.

O autorreconhecimento identitário é produzido pelo reconhecimento da diferença, que é positivado no âmbito da política, para dar força a um discurso de igualdade social. Compreender-se como individualidade e também como sociedade na sua dimensão multifacetada, plural. Eis o desafio a se iluminar para as mulheres sem terra. E mais, como mulher rural, como atuar para produzir um lugar social e político como mulher sem terra? Potencializa-se o debate sobre a pluralidade humana, que não mais se limita à bicategorização hierárquica de sexo/gênero, que trata-se, agora, de problematizar as diferentes experiências das mulheres, as várias formas de assujeitamento, as diferentes condições de vida “que as faz alcançar a liberdade de forma desigual” (ESMERALDO, 2006, p. 829).

O campo da luta se amplia e adentra o “terreno mais amplo da sociedade civil” ao romper com os limites da oposição igualdade-diferença; ao

propor o debate sobre o lugar social de mulheres, no plural; ao relacionar rupturas culturais, ligadas ao reconhecimento político, à denúncia (embora inicial, nessa década) do desigual tratamento econômico. E o debate acadêmico continua.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008.

_____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 4ª edição. Campinas, SP: Papi-rus, 2003b.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008, pp. 255-269.

ESMERALDO, Gema G. S. L. *Mulher Rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política*. In: *Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades. Mujeres, la otra mitad. Subalternas, invisibles e inaudibles*. Salta/Argentina: Fundación Rescoldo, pp. 122-138, 2011.

_____. *O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mu-lheres*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 14, nº 3, pp. 829-831, 2006.

FERNANDES, Bernardo M.; STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SCOTT, Joan. *A Cidadã Paradoxal. As feministas francesas e os direitos do ho-mem*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2002.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e proble-mas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

Exemplares dos Jornais:

Boletim Informativo Sem Terra (1982). Rio Grande do Sul: CPT, maio.

Jornal sem terra. São Paulo: MST, agosto, 1984.

_____. São Paulo: MST, setembro, 1984.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, 1985.

_____. São Paulo: MST, junho, 1985.

_____. São Paulo: MST, dezembro, 1985.

_____. São Paulo: MST, março, 1986.

_____. São Paulo: MST, abril, 1986.

_____. São Paulo: MST, novembro-dezembro, 1986.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, março, 1987.

_____. São Paulo: MST, maio, 1987.

_____. São Paulo: MST, julho, 1987.

_____. São Paulo: MST, setembro, 1987.

_____. São Paulo: MST, dezembro, 1987.

_____. São Paulo: MST, janeiro, 1988.

_____. São Paulo: MST, fevereiro, 1988.

_____. São Paulo: MST, março, 1988.